



RESENHA

SALAMA, Pierre. *¿La tormenta en América Latina hacia donde van las economías de la región?*. 1ª Ed. Jalisco – México: Universidad de Guadalajara; El Colegio de La Frontera Norte, 2016, 335p.

Eryck de Jesus Furtado Batalha - Mestrando no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, NAEA/UFPA.

Adriana Nunes - Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, NAEA/UFPA.

Domingos Antonio Ribeiro - Mestrando no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, NAEA/UFPA.

A TEMPESTADE DAQUELES QUE NÃO OLHAM PARA TRÁS¹

Olhar o passado para pensar e planejar o futuro é a mais definidora característica do *Homo sapiens*. A racionalidade, enquanto habilidade única e particular à nossa espécie, é responsável por outro constructo de excepcional relevância e exclusividade: a cultura e sua transmissão.

Em *La tormenta en América Latina: ¿Hacia dónde van las economías de la región?* o autor Pierre Salama, com sua densa e respeitável experiência em estudos econômicos latino-americanos, explora com profundidade e propósito esta capacidade, sugerindo que as respostas e soluções para a grande tempestade econômica que vem oprimindo os países latino-americanos atualmente, podem se mostrar mais claras e potencialmente mais assertivas quando observadas os momentos de bonança e de crise pelos quais passaram o continente no último século.

¹ O livro de Pierre Salama foi discutido em aulas da disciplina Fundamentos Teóricos do Desenvolvimento, ministrada pela Profa. Edna Castro, do PPG em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

Após as dramáticas crises da década de 30 e 80, o período que esteve entre os anos de 2003 e 2012 destacou-se por um crescimento da economia latino-americana (Brasil, Colômbia, Peru, Chile, e, sobretudo, Argentina) superior ao dos países avançados, conformando uma conjuntura de saldo positivo na balança comercial e orçamentário, acúmulo de reservas internacionais, melhora do desemprego com aumento dos formais e queda da inflação; enquanto que no aspecto social a pobreza retrocede levando a aproximação da renda per capita desses países ao dos EUA, e as desigualdades parecem diminuir. Entretanto, a partir de 2012, o crescimento desacelera, novos tipos de dificuldades aparecem e o quadro se caracteriza por forte *desindustrialização* e *reprimarização* da economia.

Contudo, o olhar do autor ultrapassa a domesticação de nosso “quintal” e nos chama ao contexto da ampla “problemática” da globalização, a fim de contribuir para esclarecer e nortear alternativas ao imbróglio. Dessa maneira, seja enquanto foco de inúmeras opiniões especializadas ou alvo da falta de disposição e/ou capacidade política dos governos, a globalização tem se mostrado o argumento de encaixe perfeito para justificar a eclosão e persistência das crises econômicas mundiais nos últimos anos, em especial na América Latina.

O destaque da análise realizada por Pierre Salama, entretanto, está em desmontar tal tese, mostrando capítulo a capítulo que, apesar da importância das transformações concernentes ao processo de globalização – que torna a crise atual distinta de todas as anteriores – este não está sozinho, mas divide o protagonismo com a ausência de políticas industriais e com a imobilidade de mudanças que deveriam ultrapassar soluções de ordem técnico-econômicas, demandando reformas estruturais próprias de uma ruptura política para estarem à altura desta “nova crise”. O autor explica e demonstra, por meio de um amplo conjunto de dados e concatenações que a globalização seria, por sua vez, um conjunto de oportunidades novas que podem resultar favoráveis ou desfavoráveis de acordo com as políticas que os governos adotam (SALAMA, 2016, p. 13).

Evidenciar a dinâmica das políticas industriais relativas às economias asiáticas e refletir acerca dos elementos que as distanciam daquelas utilizadas nos países latino-americanos é uma das metodologias empregadas na obra. Nesse sentido, o autor chama atenção para o fato que as primeiras têm se internacionalizado muito mais que as últimas após os anos 2000. Todavia, seu crescimento segue elevado mesmo após 2012, haja vista que suas políticas se somam à inserção internacional para formatar um “trampolim” de expansão.

Na verdade, um elemento que não pode passar despercebido no livro e também se verifica de forma bem evidente quando Salama realiza suas palestras

ao redor do mundo discutindo tal conjuntura é essencial neste raciocínio: para ele existe uma diferença importante entre *abertura comercial* e *globalização*. Apenas quando o país participa da cadeia de valor mundial de maneira representativa (possui peso na produção industrial mundial total e competitividade em relação a produtos manufaturados de médio e alto valor agregado), pode ser considerado globalizado. Este seria o caso de alguns países asiáticos, sobretudo da China. Contudo, as economias latino-americanas estariam quase que totalmente fora desta cadeia de produção, exportando maciçamente matérias-primas agropecuárias e minerais, e, portanto, não teriam ainda adentrado o processo de globalização, apenas iniciado a abertura comercial e financeira de suas fronteiras.

A maneira passiva como os países latino-americanos se inserem na nova divisão internacional do trabalho, de modo a não repensarem seu tecido industrial por meio de políticas reestruturantes e tomando como eternas as oportunidades conferidas pelo aumento do valor das matérias-primas por meio da valorização da moeda nacional – com sua consequente diminuição de restrições externas e aumento das receitas fiscais – explicariam as desigualdades de crescimento do PIB em relação aos países asiáticos, os processos de *desindustrialização* que marcam sua conjuntura atual, e ainda sua consequência lógica, de acordo com Salama: a *reprimarização* da economia.

É olhando para o passado, nesse caso para os anos se estenderam entre 2003 e 2012, em especial no Brasil, que o autor identifica a origem das dificuldades enfrentadas atualmente. Salama atribui ao que chama de “comportamento rentista dos governos”, os quais inseridos em um contexto de bonança comercial e financeira proporcionado pela exportação de matérias-primas e pelo aumento de investimentos externos, não investiram no fortalecimento do tecido industrial, optando apenas por “consumir” os rendimentos deste momento que não provinham, portanto, da produção do trabalho. Tal comportamento teria desta maneira, contribuído para diminuir apenas momentaneamente as taxas de pobreza graças, sobretudo, ao crescimento total do PIB.

Entretanto, teria também fomentado uma maior concentração de renda nas camadas mais abastadas e ampliado ainda mais o contexto de desindustrialização e dependência da exportação de produtos primários na economia desses países. O autor destaca justamente que após o período de bonança ter ficado para trás, levou consigo significativas e, talvez, as maiores oportunidades de reversão do quadro dramático que vive a América Latina nesse momento (SALAMA, 2016, p. 13-16).

Sendo assim, linhas tênues que não podem ser explicadas somente pela globalização estão entranhadas no dilema que vive a América Latina. A perda de soberania e crescentes dificuldades de legitimação do Estado são sim algumas das armadilhas que se deparam os governos inseridos neste processo.

O autor, entretanto, aponta durante todo o encadeamento dos dados e a concatenação de suas inter-relações que, uma vez que a globalização é uma realidade vertiginosa, as possibilidades de superação destes obstáculos ao crescimento econômico devem, necessariamente, abranger o pensamento na competitividade de nossos produtos manufaturados. Isso é justamente o que não pode ser ignorado quando se pensa em um mercado interno cada vez mais dependente do mercado externo como motor do crescimento, já que os incrementos de demanda se traduzem em aumento de importações, debilitando o crescimento ao invés de estimulá-lo (SALAMA, 2016, p. 16-48).

Parece importante destacar também que apesar de dedicar boa parte da obra a explicitar as diferentes dinâmicas que tornam as economias asiáticas muito mais competitivas que as latino-americanas, concatenando a questão salarial, as médias de produtividade e as taxas de câmbio em um triângulo virtuoso, Salama não perde de vista o ponto fulcral de sua análise: a estrutura das políticas industriais, as políticas sociais engendradas para corrigir as desigualdades de renda, e, os gastos com infraestrutura que são conformadas nessas nações. Juntos, esses elementos contribuiriam para a diminuição das vulnerabilidades e uma maior competitividade frente à globalização.

Ao dissecar as transformações pelas quais passaram os países latino-americanos no decorrer do último século é muito significativo apreender, com Salama, sobre o esgotamento dos modelos de crescimento utilizados, bem como as soluções outrora empreendidas para os momentos de dificuldade econômica. Dessa maneira, o modelo de substituição das importações que teve sucesso nos anos 1940, ou a maior abertura do mercado que aqueceu o crescimento nos anos 1990, e, da mesma forma que a redução dos gastos públicos desacompanhada de um ajuste fiscal, foram utilizados para solver as crises dos anos 1930 e 1980. Essas lições não são suficientes pois o governo brasileiro atual promove com avidez e não bastariam para colocar o mercado a serviço do homem na América latina, mas o inverso, subjugando o homem a seu serviço quando considerados os desafios da globalização, como nos mostra de forma extensiva no primeiro capítulo do livro, chamado de *Breve repaso de la historia económica*.

ONTEM NUNCA SERÁ HOJE, NEM TAMPOUCO AMANHÃ.

Neste diapasão do olhar para o passado, faz-se uma regressão no tempo muito maior para se compreender a análise de Pierre Salama (2016) no livro *La tormenta en América Latina: ¿Hacia dónde van las economías de la región?* A obra se propõe a analisar a conjuntura econômica mundial recente, demonstrar o papel desenvolvido pelas economias do Sul, traçar o panorama da história econômica da América Latina do século XX ao século XXI, mas, principalmente, de apontar as possibilidades de crescimento e, conseqüente desenvolvimento para os países latino-americanos dentro da própria estrutura do sistema econômico mundial hodierno, o qual é hierarquizado, mas não é fixo. O autor toma como “tipo ideal” contemporâneo a China, uma nação que hoje é dominante nas relações econômicas mundiais, mas que até ontem estava fadada ao papel de coadjuvante neste cenário. Como um país do Sul, portanto na clássica e colonial divisão é um país em vias de desenvolvimento ou subdesenvolvido, já que a característica de desenvolvido e avançado pertence aos países do Norte, consegue tal crescimento e elevação dentro das estruturas?

O que não faltam são exemplos de que a mobilidade do sistema é possível. Um “tipo ideal” deste processo deu-se na passagem do século XIX para o século XX, onde uma nação deixa de ser colônia inglesa para ser, hoje, a maior potência econômica mundial, os Estados Unidos da América (EUA). Tal fato foi tão extraordinário, que quando os EUA já demonstravam sinais de supremacia no sistema capitalista, Max Weber (2004) atravessou o Atlântico para saber o que ocorria e escreveu *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, um atestado de que o domínio do mundo não era mais europeu, entretantes para um eurocêntrico causou o desencantamento. Não se sabe se o mundo está em via de um novo desencanto, já que é exequível à um país fora do eixo dos “avançados” obter o título de maior potência econômica do mundo, sem nem mesmo pertencer ao G7². Salama (2016) tratará deste fenômeno como a redistribuição de papéis na globalização comercial. No entanto, o mundo de hoje já não é o mesmo de ontem, como também não será o mesmo de amanhã.

Esta é a dinâmica que o mundo hoje está inserido, assim como todos os processos que se realizam materialmente no interior do globo terrestre, tal como a globalização, que ontem era estritamente comercial, já não é a mesma de hoje, com caráter comercial e financeiro, conforme analisa Salama (2016) na obra referenciada. As mudanças no processo de mundialização são significativas,

² G7 é o grupo dos sete países mais poderosos economicamente no mundo, quais sejam: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido.

pois hoje as economias “emergentes” realizam trocas entre si, estabelecem um comércio, fazem trocas, as indústrias se movem, ou deslocalizam-se, enquanto alguns países se industrializam, outros países sofrem o efeito reverso, tudo dentro de uma lógica de mercado externo. Entretanto, Salama (2016) avança sobre as bases econômicas contemporâneas, irrompe sobre esse viés de compreender a globalização como algo vindo de fora, necessariamente, ligada às trocas de comércio, e como sempre um fator de explicação do não crescimento e desenvolvimento das economias latino-americanas. A globalização comercial de ontem não é a mesma de hoje, nem tampouco de amanhã.

A globalização comercial da época que escreve Salama (2016) se difere da anterior pelo fato de que os países “emergentes” comercializam entre si, vendendo matérias-primas de um país a outro na mesma condição de “desenvolvimento”, que já vende produtos manufaturados, portanto são novas relações econômicas que se configuram. Entretanto, o país “emergente” que vende produtos manufaturados é o que possui maior competitividade-preço, o que para Salama (2016, p. 109) se compõe dos salários, do custo do trabalho unitário, o qual compreende o custo do trabalho propriamente dito e as contribuições sociais, a produtividade do trabalho e a taxa de câmbio. Ao valorizar a taxa de câmbio, para o autor, se tem uma influência desfavorável à competitividade-preço.

Ademais, uma política de depreciação da taxa de câmbio gera, segundo Salama (2016), mecanicamente a competitividade-preço para determinado custo unitário do trabalho, para todos os setores da economia, salvo o financeiro. O setor financeiro, um dos principais responsáveis pela crise do sistema capitalista em 2008, para Salama (2016) além da crise, provoca, também, uma nova doença holandesa, que consiste em manter os juros real elevado atraindo fluxos de capitais estrangeiros (*carry trade*), também favorece as importações em detrimento da indústria local.

Portanto, o Estado deve como um agente mediador ditar as políticas cambiárias e as regras do jogo de maneira forte para as empresas que advêm com a abertura do mercado trabalhem em favorecimento da dinâmica do mercado interno e favoreçam a indústria local, em detrimento de uma política de exportações de matérias-primas (*commodities*), que levam à reprimirização, característica marcante e histórica nas economias da América Latina. Com tais medidas, o autor considera que se evita a desindustrialização prematura. Todavia, não significa que a abertura para o mercado externo seja prejudicial às economias, mas o que a torna prejudicial é a forma como se faz essa abertura. Salama (2016) analisa exaustivamente o caso chinês e de alguns países da Ásia, os quais as regras

do jogo, ou melhor, da economia, não foram ditadas pelos agentes econômicos externos, pelo contrário, a abertura foi acelerada se comparada com a da América Latina, entretanto as empresas precisavam se encaixar na política de e do Estado, as quais exigiam o consumo de insumos internos, dinamizando, assim, o mercado interno, tornando-o competitivo e crescente. Sendo assim, Salama (2016, p. 99-103) diz que a relação entre mercado interno, mercado externo e crescimento, depende mutuamente dos dois primeiros na medida em que a expansão do mercado externo favoreça a competitividade do mercado interno, sendo que se faz necessária a mediação dos agentes, logo os dois se fortalecem mutuamente levando ao crescimento.

Contudo, essa competitividade do mercado interno não se adquire sozinha, as políticas de Estado voltadas para o controle da taxa de câmbio devem ser realizadas juntamente com uma política de desenvolvimento da ciência, pesquisa, tecnologia e inovação. Não como faz o atual governo brasileiro que fundiu o órgão da Ciência e Tecnologia com o da Comunicação, e ainda cortou consideravelmente os recursos de custeio e investimento desta área. Além de produzir pesquisa há ainda a formação de mão-de-obra qualificada, condições para aumento da competitividade, posto que estas influenciam sobremaneira no custo do trabalho por unidade produzida, que juntamente com a política de controle da taxa de câmbio e o nível da produtividade do trabalho, formam o triângulo fundamental para se medir a competitividade-preço SALAMA, 2016, p. 127-136).

Portanto, uma reforma trabalhista que visa reduzir o custo de trabalho aumentando a jornada de trabalho, congelando ou reduzindo os salários, terceirizando a mão-de-obra, é um grande retrocesso, significa um grande atraso, posto que encolhe o mercado interno e não aumenta o nível de produtividade do trabalho, reduzindo somente o custo do trabalho, conforme salienta. O Brasil sempre caminhou na contramão do mundo, é inimigo do desenvolvimento, principalmente interno, se antes se tinha uma desindustrialização prematura ocasionada pela baixa da competitividade-preço, já que o Brasil e a América Latina não reuniam condições de disputa no mercado externo e interno, que leva os investidores tanto estrangeiros quanto nacionais preferirem o mercado financeiro à indústria. Salama (2016, p. 182) diz que tal fenômeno é a financeirização das empresas. Ocorre a ampliação desse quadro de financeirização, como também se mantém a de reprimarização, na qual a economia, para manter o saldo positivo da balança comercial, depende da exportação de bens primários e da boa

cotação dos preços de tais produtos. Apesar de alguns pensadores considerarem um determinado momento na história para o Brasil adotar uma política de fortalecimento da indústria local, nas quais condições econômicas estavam favoráveis, como o saldo da balança comercial devido às exportações de matérias-primas, que Salama chama de maná, de certo é que não há esse momento exato, conforme demonstra pela teoria da regulação e da mediação das instituições. Posto que historicamente essa política de desenvolvimento pelo fortalecimento da produção local sempre foi negada, nunca foi executada. Hodiernamente, tal salto no desenvolvimento se dará somente pela ruptura.

Tanto a reprimarização quanto a financeirização levam, segundo Salama (2016), à destruição parcial ou absoluta do tecido industrial, descambam para a desindustrialização. Nenhuma sociedade vive sem produzir, não há no mundo sociedade que não se desenvolva sem retirar da natureza os bens necessários para a sobrevivência, ou não há no mundo sociedade sem economia, o problema, como já identificou Polanyi (2012), é que as nossas economias só conhecem um parâmetro, o de mercado. Em que pese adentrar nesse parâmetro de mercado, ao mesmo tempo ele cria as condições materiais para que todos possam deixá-lo sem falar de economia. É tratando dessas condições que Salama (2016) abordará sobre pobreza, desigualdade e violência.

DESIGUALDADE, POBREZA E VIOLÊNCIA: MAZELAS E POSSIBILIDADES EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO

O panorama apresentado acima vai ter impacto direto sobre a distribuição de renda na América Latina. Salama nos mostra que a partir dos anos 2000 podemos perceber uma aparente diminuição nos índices de desigualdade de renda, o que, timidamente, deu a impressão de um avanço em comparação com os períodos anteriores, mesmo ainda sendo bastante altos. Tal concentração será influenciada pelo crescimento nos países da América Latina e pela forma com que medidas internas vão se relacionar àquelas advindas da globalização.

Essa análise nos permite encarar os fatos de uma forma que não é determinista nem relativizada ao extremo, trata-se de um olhar acerca de um momento do percurso da ação de Estados soberanos em conjunção com um panorama compartilhado tanto em nível local (a particularidade dos países latino-americanos) quanto em nível global (a globalização).

Partindo de um ponto que é comum aos países e que será a base inicial para entender a desigualdade nesta perspectiva, o autor propõe que analisemos

de que forma duas realidades históricas de relação de trabalho, não excludentes mas coexistentes, vão inferir nas formas de distribuição de renda. Os empregos podem ser divididos, a grosso modo, em formais e informais. A renda referente aos salários e à própria produtividade do trabalho serão influenciadas pelo tipo de emprego. Os informais vão se concentrar em empresas de baixa produtividade, decrescendo nos últimos dez anos referente ao total. Sua própria natureza mudará: empregos informais se formalizarão e alguns empregos formais se flexibilizarão, informalizando-se (SALAMA, 2016, p. 187).

A discussão acerca da reforma trabalhista, em curso no Brasil e em outros países, traduz a preocupação de uma parcela da população em flexibilizar as relações patrão-empregado. Reflexos de novas condições econômicas, essas condições vão tornar faixas da população (aquelas onde se concentra o trabalho informal) mais vulneráveis às flutuações do mercado e às instabilidades de condições de trabalho. Essas mudanças em curso têm origem, principalmente, na abertura e no crescimento dos mercados.

O crescimento, sozinho, no entanto, em um contexto de globalização, não vai determinar a configuração de distribuição de renda. A relação entre esta e os posicionamentos estatais é o ponto chave para entender as economias latino-americanas. Nesse sentido devemos compreender a importância de políticas do Estado para uma diminuição da extensão (horizontal) e profundidade (vertical) da pobreza. Não temos aqui a intenção de aprofundar a questão referente às questões estruturais da pobreza, mas sim no que se refere às formas com que se tem lidado com as mesmas, salientando inclusive que os problemas estruturais, no caso do Brasil, por exemplo, são fruto de uma série de governos que vem, a partir de modelos de crescimento rentistas comuns a vários países latino-americanos, abalar sua resistência frente às flutuações externas.

Chama atenção, o autor, para duas políticas sociais: transferências monetárias e aumento do salário mínimo em níveis mais altos que o PIB, como instrumentos privilegiados) possuem, neste sentido, destaque no que tange às parcelas mais pobres da população.

As transferências monetárias condicionadas (tendo como exemplo o programa Bolsa Família, no Brasil) não possuem grande impacto no que diz respeito à extensão da pobreza, mas repercutem na profundidade da mesma e na desigualdade entre as camadas mais pobres.

Aposentadoria e pensões correspondem uma menor participação no que diz respeito às camadas mais pobres, visto que poucos contribuem (lembramos da questão relativa à informalidade do trabalho), logo não acessam tais recursos. O peso destes cresce à medida que se a renda da camada social se eleva.

A diminuição da extensão da pobreza se dá tanto por transferências monetárias como as citadas acima, quanto pela criação de empregos e remunerações melhores. Isso nos leva a um ponto importante no que diz respeito ao impacto espacial desses programas: se criam mais empregos na zona urbana do que na zona rural, como remunerações mais justas na primeira. As transferências monetárias têm, no entanto, maior impacto na zona rural por conta da concentração da pobreza. Tira-se duas conclusões sobre a diminuição da razão entre a pobreza urbana e rural: aumentar as transferências monetárias e criar novos empregos na zona rural (SALAMA, 2016, p. 239). Os gastos sociais destinados a saúde, educação, saneamento e outras dimensões necessárias ao bem-estar da população são condições necessárias para a diminuição da pobreza.

Salama destaca que nos últimos anos os gastos públicos na América Latina aumentaram consideravelmente por três razões: a primeira diz respeito à diminuição de natalidade e aumento da expectativa de vida, o que faz com que os gastos com saúde e aposentadoria aumentem, desequilibrando a relação entre população “ativa” e “passiva” economicamente. Ou se acentuam as desigualdades para maior participação ou diminuem a diferença frente à ação do Estado. A segunda razão diz respeito à modificação do funcionamento do mercado de trabalho, aumentando os salários e diminuindo a amplitude da pobreza. O crescimento de tais gastos acaba por superar o crescimento do PIB em razão crescente. A terceira razão diz respeito ao retorno à democracia, onde os direitos individuais e coletivos são mais discutidos e postos em evidência por meio de preocupações de intervenção social direta e indireta.

A questão fiscal na América Latina insere mais um fator na discussão acerca do sistema encontrado na maioria dos países e seu impacto sobre a desigualdade. Impostos diretos costumam ser mais progressivos por levar em conta a renda dos contribuintes, de forma a atribuir pesos diferentes dependendo do nível dos mesmos. Esse tipo de imposto, no entanto, tende a ser menos frequente do que os impostos indiretos, sobre o consumo. Neste caso as camadas mais pobres da população são mais atingidas do que as camadas mais ricas, visto que do total de renda de ambas uma maior “fatia” é destinada à satisfação de necessidades básicas pelas primeiras. Além disso se observa uma evasão fiscal acentuada nestes países. Dessa forma, se observa a preponderância de um sistema fiscal regressivo na América Latina (SALAMA, 2016).

E sobre a violência? O que podemos esperar desse panorama? Podemos afirmar que a pobreza, sozinha, não será a causa primeira da violência. Contra tal reducionismo, um nível comparável de pobreza observado em diferentes situações e países pode ou não apresentar índices de violência elevados. Organizações

criminais como carteis e gangues possuem grande parcela de influência sobre os níveis de criminalidade, agindo com maior força sobre parcelas mais pobres da população. Casos em que os gastos sociais com educação, saúde e outras necessidades básicas não é suficiente cria condições favoráveis para recrutamento de jovens dispostos a alternativas ilegais de sobrevivência.

Sobre isso Zaluar, em texto sobre pobreza e violência em grandes cidades brasileiras, nos diz que

Assim, o reducionismo serviu como alibi para que continuassem a agir os responsáveis pelas atividades claramente ilegais e discriminatórias contra aqueles que, estes sim, o Estado deveria defender e tratar em centros de saúde: os jovens, especialmente os mais pobres, que continuam sendo extorquidos e criminalizados pelo uso de drogas e que, por isso, acabam nas mãos de traficantes e assaltantes (ZALUAR; NORONHA; ALBUQUERQUE, 1994, p. 215).

As instituições, aí, possuem um papel importante, mas delicado. Quando reafirma o discurso reducionista de relação pobreza/violência, a polícia, por exemplo, legitima ações que não se direcionam às causas estruturais da violência.

A violência, então, é influenciada pelos seguintes determinantes socioeconômicos: urbanização, visto que nas cidades médias o crescimento é mais acentuado e caótico, o que explica mais violência em comparação às cidades maiores, com curva de crescimento menos acentuada; o aumento de desigualdades, que vai contribuir para a intensificação da pobreza; o aumento da garantia ao nível de escolaridade, que é inversamente proporcional à possibilidade de ingresso em organizações criminosas; a eficácia do sistema repressivo, baseado principalmente na qualidade de suas instituições; e o aumento do PIB per capita, que vai possibilitar a criação de empregos e possibilitar maior mobilidade social. As causas da violência são, portanto, múltiplas. Trabalhar os determinantes acima, pois, são um caminho promissor de combate à proliferação da mesma na América Latina.

REFERÊNCIAS

POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ZALUAR, Alba; NORONHA, José C. de; ALBUQUERQUE, Ceres. Violência: pobreza ou fraqueza institucional? **Cad. Saúde Pública** [online], v. 10, suppl. 1, p. 213-217, 1994. ISSN 1678-4464. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1994000500016>.

Texto submetido à Revista em 16.06.2017
Aceito para publicação em 28.12.2017